



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 144 - Julho 2009

NOSSA OPINIÃO

- [G8 e a crise climática: os fatos irão se corresponder com as palavras?](#)

DIA MUNDIAL DO MANGUEZAL

- [Dia de Ação pelos Mangues – 26 de julho](#)
- [Equador: as mulheres do manguezal constroem memória e futuro com sua luta](#)
- [Os manguezais da África estão desaparecendo e com eles os meios de vida de seu povo](#)
- [Bangladesh: a perda de manguezais devida à criação de camarão leva à perda de alimentos e à insegurança ambiental](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Brasil: uma lei permite o avanço do agronegócio na Amazônia](#)
- [República Dominicana: o povo diz: Não à cimenteira em Los Haitises!](#)
- [Índia: Declaração dos povos das florestas de Dehradun](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil: duro questionamento à maquiagem FSC de plantações de eucaliptos e advertência perante seu avanço no Piauí](#)
- [Laos: a chinesa Sun Paper planeja monoculturas de eucaliptos](#)
- [México: o negócio do dendê às custas dos mais pobres](#)
- [Declaração sobre Plantações de Árvores de participantes em recente reunião do “Forest Movement Europe” \(Movimento das Florestas da Europa\)](#)
- [Árvores GM: quando os cientistas mudam para publicitários](#)

NOSSA OPINIÃO

- G8 e a crise climática: os fatos irão se corresponder com as palavras?

Os governos de alguns dos países mais poderosos (1) do mundo reuniram-se recentemente na Itália e elaboraram um documento intitulado “Liderança responsável para um futuro sustentável”. Na declaração, informam ao mundo que estão “decididos a garantir o crescimento sustentável e a abordar os desafios interligados decorrentes da crise econômica, a pobreza e a mudança climática.”

Até poderia ser divertido, se não fosse porque a situação atual é tão trágica.

O mundo vem enfrentando uma significativa crise econômica, a pobreza vem aumentando no mundo todo – e também nesses 8 países- e a crise climática está se aproximando ao desastre. Isso tudo em decorrência direta da liderança “responsável” fornecida pelos governos desses- e alguns outros- países durante várias décadas.

É óbvio que ninguém pode culpar países como Tuvalu, Fidji, Laos, Camboja, Papua Nova Guiné, Gâmbia, Namíbia, Uruguai, Cuba ou a maioria dos 192 estados-membros das Nações Unidas de terem criado esses problemas. Contudo, a maior parte deles já estão acarretando fortes impactos em seus povos.

O G8 promete agora que irá tomar “a liderança na luta contra a mudança climática”, mas a realidade mostra que eles estão fazendo exatamente o contrário: os manifestantes são criminalizados no Reino Unido por tentarem impedir o uso de carvão, há planos de exploração de petróleo no Alasca, as empresas de gás e petróleo dos países do G8 continuam tirando proveito dos combustíveis fósseis apesar de o consumo nos países do G8 provocar mais destruição das florestas tropicais.

Os países que já estão sofrendo a mudança climática nunca expressaram seu desejo de ser “liderados” pelo G8. Pelo contrário, estão reclamando a eles e a alguns outros governos poderosos que aceitem sua responsabilidade pelos problemas gerados e que façam alguma coisa a esse respeito. Não para 2050 mas agora mesmo. Não com declarações mas com ações concretas. Não através de “mecanismos de mercado” mas através de legislações rigorosas.

O mundo- suas comunidades e ecossistemas- já não pode tolerar um sistema onde um punhado de governos- baseados no poder econômico, político e militar” use e destrua o planeta em seu próprio benefício. Quanto a isso, o G8 precisa ser lembrado de qual é o significado da democracia e aceitar que são uma ínfima minoria sem qualquer mandado de liderança dado por ninguém fora por eles mesmos.

O mundo não quer nem precisa sua “liderança”, o que realmente precisa é que eles ajam de uma forma “responsável” para abordarem o desastre climático que têm criado. O mundo precisa que eles façam com que suas palavras se correspondam com os fatos.

(1) Integram o G8 o Canadá, a França, a Alemanha, a Itália, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos. A Comissão Europeia também comparece.

[início](#)

DIA MUNDIAL DO MANGUEZAL

- Dia de Ação pelos Mangues – 26 de julho

O Projeto de Ação pelos Mangues (MAP) tem estado trabalhando desde 1992 para

deter a desenfreada destruição das zonas úmidas de florestas de mangues da terra, que estão ameaçadas pelo desenvolvimento insustentável. As indústrias como a produção de carvão e petróleo, turismo e expansão urbana, quadras de golfe e marinas, são todas ameaças para as florestas de mangues hoje. No entanto, a maior ameaça decorre da aqüicultura industrial de camarões, que é a maior causa da perda atual de mangues. As granjas camaroneiras estão localizadas ao longo das áreas costeiras, por conveniência para os investidores, mas à custa das zonas úmidas costeiras onde os mangues são cortados para deixar o caminho livre para as centenas de milhares de acres de tanques camaroneiros. Os camarões são criados para exportação na maioria dos casos, e os próprios tanques podem durar apenas uns poucos anos antes de serem fechados por causa da poluição e doenças que afetam os camarões criados. Hoje, como testemunho revelador de esta ineficaz indústria, há mais de 250.000 hectares de granjas camaroneiras abandonadas no mundo inteiro, e mais de 1 milhão de hectares de importantes zonas úmidas costeiras produtivas, incluindo mangues, têm sido devastados por um fruto do mar de luxo que desfrutam as nações ricas. Mas qual é o custo disso?

Mais da metade das florestas de mangue do mundo perderam-se por causa dessas pressões do desenvolvimento com pouca visão do futuro. Hoje, somente restam aproximadamente 15 milhões de hectares dos originalmente estimados 36 milhões de hectares de mangues, apesar de que muitos dos mangues remanescentes estão degradados e não são saudáveis. Todo ano, aproximadamente 150.000 hectares ou mais dos mangues são cortados. Essa perda de mangues representa uma séria ameaça para o futuro da vida neste planeta por várias razões muito importantes.

Por uma delas, os mangues têm uma função vital na biodiversidade costeira, agindo como viveiros para peixes jovens e fornecendo grande parte dos detritos que viram parte da cadeia alimentar costeira que sustenta uma grande variedade de vida no processo. As zonas úmidas de mangues têm uma função importante como locais de paragem e locais de alimentação para aves migratórias. Os mangues também ajudam a manter os solos costeiros no lugar, evitando a erosão e a sedimentação, que pode sufocar os leitos vegetais marinhos e recifes de coral, que já estão ameaçados pela poluição e o aquecimento global. Também filtram poluentes de terras altas, mantendo assim a água do mar mais pura. Os próprios mangues seqüestram grandes volumes de carbono em suas folhas e ramos, bem como armazenam carbono nos solos por baixo de suas estruturas de raízes. Quando os mangues são cortados, grandes volumes de carbono são liberados na atmosfera, contribuindo ainda mais com o aquecimento global.

Os mangues também protegem as comunidades costeiras da força dos furacões e surtos de ondas. Muitos cientistas acham que os mangues forneceram importante proteção contra o tsunami do Oceano Índico de 2004 que atingiu as costas da Ásia e da África Oriental. Os que viviam por trás de mangues saudáveis tiveram uma maior chance de sobreviver o ataque das ondas do tsunami.

Por essas razões e outras, em 2003, o MAP se uniu com outras organizações do Sul global para promover o dia 26 de julho como o Dia de Ação pelos Mangues.

Antecedentes sobre o Dia de Ação pelos Mangues!

O plano para esta convocação para a ação surgiu durante o Seminário “Nas Mãos dos Pescadores”, realizado em Fortaleza, Brasil, no começo de 2003. Os presentes no seminário vieram do Brasil, Equador, Honduras, Colômbia e Guatemala. O seminário se focalizou principalmente nos assuntos relativos aos mangues e terrenos planos de sal, em perigo pela expansão da indústria de criação de camarões, bem como estratégias para ajudar a deter a expansão continuada desses empreendimentos de granjas camaroneiras. Surgiu durante este seminário que deveria realizar-se uma campanha internacional que envolvesse pescadores locais onde as ONGs participantes e representantes da comunidade local organizassem seus próprios eventos locais no mesmo dia, vinculando assim esses eventos locais entre eles para fazer um movimento ou ação internacional.

O dia 26 de julho foi escolhido por causa de sua importância preexistente pelo movimento na América Latina liderado pela Rede Mangue. O dia 26 de julho tem sido chamado o “Dia dos Mangues”, comemorando o dia em 1998 quando um ativista de Greenpeace da Micronésia, Hayhow Daniel Nanoto, faleceu de uma parada cardíaca enquanto participava em uma ação de protesto massiva liderada por FUNDECOL e Greenpeace International. Durante esta ação, a comunidade local de Muisne uniu-se às ONG no desmantelamento de um tanque de camarões localizado ilegalmente, em uma tentativa de restabelecer essa zona de mangues danificada a seu estado anterior. Desde a morte de Hayhow, FUNDECOL e outros têm comemorado esse dia como dia para lembrar e adotar ações renovadas para Salvar os Mangues!

Sem navios de Greenpeace à vista no horizonte, decidimos que os pescadores formassem flotilhas de cooperação para protestar contra a destruidora expansão da criação de camarões em suas áreas. Essa convocação teve respostas positivas de Bangladesh, Índia, Malásia, Equador, Brasil, Colômbia, México, Honduras, Nigéria, Europa e os EUA. E parece que está desenvolvendo-se ímpeto globalmente para uma comemoração do dia 26 de julho como Dia de Ação para os Mangues, com alguns grupos organizando seminários, plantação de mangues, limpamentos de zonas úmidas, protestos e redação de cartas.

Uma Nova Convocatória para a Ação em 26 de julho de 2009!

O MAP quer fornecer pleno apoio aos planos e ações de todos os membros de redes para a Ação Global em 26 de julho de 2009. O pessoal e voluntários do MAP baseados na área de Seattle estarão presentes na “35th Annual Ballard Seafood Fest” (35ª Festa Anual de Frutos do Mar de Ballard) em 25-26 de julho, apresentando-se neste popular evento de Seattle, e falando com os consumidores sobre os problemas da criação de camarões no mundo inteiro. O MAP estará promovendo a Campanha de Conscientização do consumidor “Shrimp less, think more” (Menos camarões, pense mais).

Pedimos que vocês e/ou suas organizações se unam conosco em um protesto global contra as contínuas perdas dos ecossistemas de florestas de mangues e as comunidades locais que dependem dos mangues para suas vidas e sustentação. Por favor, envie ao MAP seus planos regionais ou locais para ações para comemorar este Dia Internacional para os Mangues! O MAP gostaria de novamente compartilhar seus planos e idéias com rede global. Aguardamos suas notícias em

breve!

Por mais informação contatar: mangroveap@olympus.net

[início](#)

- Equador: as mulheres do manguezal constroem memória e futuro com sua luta

Em maio deste ano, no cantão Muisne, província de Esmeraldas, foi celebrado o encontro chamado “I Encontro: mulheres do ecossistema manguezal do Equador, nossos sonhos, nossos direitos, nossos desafios”.

No encontro, mais de 80 mulheres partilharam e contaram suas histórias como mulheres que enfrentam discriminação e violência. Integrantes da REDMANGLAR Internacional chegaram da Colômbia, Honduras, México e do Brasil para reconstruírem a memória histórica das mulheres que sempre têm estado no manguezal.

Mulheres que vivem da coleta de conchas, caranguejos, peixes, ostras e amêijoas, mulheres companheiras do mangue em seu trabalho, em sua luta por sobreviverem, refletiram sobre de onde vêm e para onde vão. Pintaram suas histórias e a biodiversidade do mangue, pintaram suas famílias trabalhando e brincando no manguezal. Também pintaram a destruição e o reflorestamento. Pintaram como elas queriam que fosse a vida no futuro. Bateram papo, ficaram mais amigas, começaram a encontrar mulheres como elas e a encontrar-se a si mesmas.

Contaram que o manguezal é a indústria natural que lhes fornece tudo, que quando o ecossistema se perde, vai se perdendo a vida. “Tenho a certeza de que quando León Febres Cordero era o presidente começou aqui o desmatamento do manguezal. Aí vieram os camaroneiros e destruíram o manguezal. Presidente que entra, presidente que apóia os camaroneiros e esquece os pobres”, testemunhou uma das participantes.

A memória

Cada uma desenhou sua história. As mulheres da província de Esmeraldas fizeram seu retrato com o cigarro na boca, que devem fumar para afugentar os mosquitos quando estão apanhando a concha no manguezal. Fizeram seu retrato em meio da exuberância do ecossistema manguezal, mas também em meio da devastação provocada pela aqüicultura industrial do camarão. Contaram que já quase não há conchas e que mesmo que as cuidem muito, é preciso fazer mais; que reflorestaram junto com companheiros de outras organizações, com estudantes, com voluntários e que derrubaram os muros das piscinas camaroneiras que chegaram para invadir e destruir tudo.

Na província de Manabí, as mulheres lutadoras do manguezal estão em duas áreas, no estuário do rio Portoviejo e no estuário do rio Chone. Com a chegada das camaroneiras o manguezal se perdeu. “Nós éramos pescadoras, também nos dedicávamos à agricultura de ciclo curto. Quando chegaram as camaroneiras nos dedicamos a apanhar larva para os laboratórios, logo tudo acabou. Agora nós não

temos trabalho, algumas se empregam descabeçando o camarão das piscinas, mas é duro, pagam pouco e não é permanente".

Lembraram que a presença do fenômeno El Niño anteriormente era uma bênção porque com ele vinha a abundância da pescaria e a renovação da terra. "Desde que se perdeu o manguezal, cada fenômeno El Niño é uma desgraça que chega a nossas comunidades, há enchentes por todos os lados, as casas se perdem, as pessoas têm que sair de seu território", lamentaram.

Em Guayas ainda existe uma grande diversidade de peixes, lagostins, moluscos; ainda existe uma grande extensão de manguezal que vem sendo protegido pelas comunidades. Mas existem áreas como a ilha Puna, onde as camaroneiras acabaram com o manguezal e muitas concheiras e caranguejeiras já não têm trabalho nem lugar para obterem seus alimentos.

Na província de Santa Elena o manguezal está quase exterminado, mas conta com recifes e bancos de peixes que permitem a pescaria de forma exuberante. Contudo, esses recursos devem ser protegidos, já que a pesca industrial está acabando com eles e ao não existir o manguezal, que é "o berçário" dos peixes, esta riqueza logo desaparecerá.

A luta

"Fomos ameaçadas, fomos agredidas; os camaroneiros nos dispararam e soltaram cães para que saíssemos do manguezal e assim ficar com este patrimônio que é nosso. Mas aqui estamos dispostas a dar a vida se for necessário, porque aqui nascemos, aqui está nossa história, nossos contos, nosso trabalho, nossa comida, nossas famílias e amigas", manifestaram as mulheres de Esmeraldas.

E as mulheres cantaram:

*Gostaria que o presidente pudesse me ouvir
O que eu quero nesta hora manifestar
Ouça senhor presidente tenha um pouco de piedade
Que os mangues são nossos, não são da autoridade*

*Ai, até quando e até quando
até quando por favor
até quando machucarão
os pobres do Equador*

"Nosso sonho é ver o fruto de nossos esforços e recuperar o território perdido. Acabar as passeatas, ganhar esta luta e desfrutar do que temos e do que recuperarmos", foi a expressão das mulheres manabitas.

O futuro

O sonho das mulheres é que torne a haver concha. Que de novo existam as 1000 ou 1500 que havia há uns vinte anos. Querem voltar a trabalhar apanhando a concha, apanhando o caranguejo. Sonham com a recuperação de muitas espécies que servem para alimentos, com o fato de os homens continuarem sendo do mangue,

que façam o carvão, que construam as casas com a madeira do manguezal, que o manguezal tome a ser o que já foi um dia, e a vida delas também.

Também é verdade que nem tudo é cor-de-rosa, que a vida no manguezal é dura. "Com meu trabalho de concheira pude fazer com que meus filhos estudassem, para que eles não sejam o que eu sou, para que sejam algo melhor. Sinto orgulho de ajudar meus filhos a ir em frente. Não deixei que fossem como eu, que minha mãe não me deu a possibilidade de estudar, disse Jacinta, delegada do cantão Muisne, província de Esmeraldas. E este pensamento desencadeou uma forte polêmica entre as participantes.

Isso é "porque somos discriminadas, somos tratadas como cholas de forma pejorativa, porque nosso trabalho não é valorizado. Uma mulher que vai ao manguezal não é respeitada da mesma forma que uma que tenha uma profissão de universidade e por isso pensamos que nossos filhos têm que estudar para que sejam respeitados, para que não sejam discriminados. Porque assim é a sociedade, não entende a maravilha do manguezal, que nós damos comida a eles com nosso trabalho. Não somos nós as que desprezamos e renegamos de nosso manguezal, são os presidentes do país, os poderosos, os que os destroem, os que não entendem", refletiram as mulheres da província de El Oro. "Queremos falar mais alto para que nos ouçam e respeitem cada um de nossos ideais. Conservar o que é nosso, e que com o trabalho das mulheres e dos homens possamos arcar com a economia de nossas famílias. Queremos ser admiradas, pelo esforço que fazemos defendendo nosso território e que a discriminação acabe para que nossos filhos herdem o manguezal e sintam orgulho de ser do manguezal. Sonhamos com que a violência acabe em nossas comunidades, que nos deixem caminhar e correr em nosso manguezal trabalhando com dignidade", afirmaram.

"Meu sonho é semear o manguezal e cultivá-lo para que meus netos e bisnetos produzam e contem a mesma história que agora eu estou contando a eles. Que façam parte do manguezal como eu faço parte agora", disse Rosa, carenguejeira de 52 anos de idade, que tem ensinado a toda sua geração a ganhar-se a vida apanhando caranguejo no manguezal e a gostar dele.

O encontro encerrou-se com uma afirmação de vida. Em cinqüenta hectares de manguezal ocupados e destruídos ilegalmente pelo senhor Ilario Patiño com piscinas camaroneiras, as mulheres reflorestaram dois hectares de manguezal no sítio Casa Vieja, na paróquia Bolívar.

Foi solicitado ao Ministério do Ambiente o registro da área e espera-se que desta vez seja garantido o reflorestamento realizado pelas mulheres e que a área tome a viver.

Extraído e editado da narração do encontro, enviada pela C-CONDEM - Corporação Coordenadora Nacional para a Defesa do Ecossistema Manguê, manglares@ccondem.org.ec, www.ccondem.org.ec

- Os manguezais da África estão desaparecendo e com eles os meios de vida de seu povo

Os manguezais constituem “um meio original e um entorno de vida específico” formado por árvores com raízes aéreas que afundam na lama mas também por outros arbustos e espécies arbóreas que salientam por suas características próprias de adaptação ao meio, principalmente à salinidade da água. Tais características explicam a localização particular de cada espécie dentro do ecossistema, denominada zoneamento.

Da Mauritânia a Angola, as raízes aéreas das Rhizophora do manguezal formam um refúgio privilegiado para a desova dos peixes e têm uma importante função na vida econômica dos moradores da área, que têm nos manguezais uma importante fonte de renda e de meios de subsistência: a pescaria, a lenha e a madeira, diversos alimentos, mariscos, medicamentos, o turismo, etc. Além disso, o manguezal regula as marés e a sedimentação e constitui uma barreira protetora contra as tormentas e a erosão da costa.

Os cientistas estimam que três quartas partes dos peixes pescados no trópico depende dos manguezais para sua alimentação o seu habitat. Os manguezais servem como locais de desova e criação tanto para peixes costeiros quanto para espécies de alto-mar.

A parte setentrional de Camarões é caracterizada pela abundância de estuários e manguezais através dos quais os rios desembocam no mar. Os manguezais funcionam, entre outras coisas, como áreas de reprodução e desova de várias espécies de peixes e crustáceos.

No Senegal, o manguezal contribui significativamente ao bem-estar social, econômico e cultural dos habitantes do delta do Saloum, e também é um ponto de passagem importante para inúmeras espécies de aves migratórias. Graças a estas riquezas possuem o status internacional de Patrimônio Mundial da UNESCO e de sítio Ramsar. “Uma diversidade biológica única, hoje ameaçada pela desaparecimento desse habitat natural”, afirma Abdoulaye Diamé, da ONG WAAME (West African Association for Marine Environment).

No Quênia, os manguezais abrangem cerca de 54.000 hectares estando presentes principalmente nos distritos de Lamu e Tana River. São uma fonte direta de inúmeros produtos lenhosos e não lenhosos. Os produtos lenhosos incluem a lenha, a madeira de construção e o carvão, e são usados tanto em áreas urbanas quanto rurais. A madeira de construção é classificada em diferentes categorias conforme seu destino. Também serve para fabricar mastros de barcos e armadilhas para peixes. Os troncos de maior tamanho dos mangues são usados para construir os barcos tradicionais. As raízes aéreas servem como flutuadores nas redes de pesca. Os moradores locais também fabricam móveis com madeira do mangue. Alguns dos múltiplos produtos não lenhosos do manguezal são o mel, os medicamentos, os caranguejos e os peixes presentes na área.

A Nigéria possui a maior superfície de manguezais da África: 7.386 km² (PNUMA-

WCMC, 2007). As oito espécies de mangue que existem na área lá estão presentes. Os moradores realizam várias atividades econômicas: pescaria, criação de camarões, produção de madeira, turismo, etc. O manguezal do delta do Níger é considerado como uma área de conservação extremamente importante do litoral ocidental da África devido a sua extraordinária diversidade biológica. Os estudos demonstraram que quase 60% dos peixes do golfo de Guiné lá se reproduzem.

Apesar disso tudo, a extensão dos manguezais diminuiu sem parar. Trata-se de um ecossistema bastante vulnerável que já está extremamente degradado nas áreas mais afastadas do litoral. Entre 1980 e 2006 desapareceu a quarta parte dos manguezais do oeste da África, e está previsto que a perda será de 70% se não for tomada nenhuma providência.

A degradação destes ecossistemas tem um considerável impacto sobre a diversidade biológica e as atividades sócio-econômicas que delas dependem: desaparecimento de espécies animais e vegetais, pobreza, desemprego, conflitos, doenças nutricionais, etc.

É importante apontar dois processos diferentes que afetam os manguezais. Em alguns casos observa-se a destruição total originada pelo desmatamento comercial, por sua substituição por piscinas camaroneiras ou por sua eliminação devida a empreendimentos turísticos em grande escala. Em outros casos, a degradação do ecossistema manguezal é produzida- mesmo que muitos mangues possam permanecer de pé- devido à exploração petrolífera. Isto é, que a instalação de oleodutos e de sistemas de prospecção sísmica provocam desflorestamento, enquanto os derramamentos de petróleo, os depósitos de detritos de resíduos e a queima de gases poluem a água, o solo e o ar, afetando gravemente o ecossistema em seu conjunto.

No Quênia, por exemplo, entre 1983 e 1993 o porto de Mombasa e as águas que o circundam receberam 391.680 toneladas de petróleo derramado, o que afetou os manguezais de Porto Ritz e as enseadas de Makupa. Algo semelhante acontece em Camarões, onde a poluição provocada pela indústria petrolífera ameaça a integridade dos manguezais.

Contudo, o caso mais grave de degradação de manguezais em grande escala decorrente da exploração petrolífera ocorre no delta do Níger na Nigéria, onde gigantes petrolíferas como a Shell e a Chevron extraem do delta bilhões de dólares em petróleo, e em troca deixam destruição social e ambiental.

Quanto ao processo de desmatamento, a superfície dos manguezais nigerianos passou de 9.990 km² a 7.386 km² entre 1980 e 2006.

No tocante à degradação, houve grandes derramamentos de petróleo que devastaram os rios, mataram os mangues e a vida litorânea, afetaram a saúde e os meios de vida de milhões de habitantes do delta do Níger. Como denuncia a Amnesty International, as comunidades locais só têm “a terra e os cursos d’água naturais para viverem e se alimentarem. Hoje são obrigadas a usar água poluída para beber, cozinhar e se higienizar, e a comer peixes contaminados com toxinas. Perderam suas terras agrícolas e suas rendas por causa dos derramamentos de

petróleo, e o ar que respiram fede a petróleo, a gás e a outros poluentes”.
(<http://www.amnesty.org.au/action/action/21246/>).

Os países do Norte dizem que estão preocupados pela fome na África. Contudo, suas empresas petroleiras continuam destruindo as fontes de alimentação de milhões de africanos cujas vidas dependem da saúde dos manguezais. Mais do que receber sobrantes de alimentos, o que as comunidades do manguezal realmente necessitam é que essas empresas se retirem e que antes de ir embora restaurem os manguezais que destruíram. Tomará assim sua verdadeira riqueza e atrás ficará a fome que hoje sofrem.

Compilação de documentos enviados por Abdoulaye Diame, WAAME, correio eletrônico abdoulayediame@yahoo.com: « La mangrove, la sécheresse et le sacré » Abdoulaye Diame ; « Article sur la situation des forêts au Cameroun », Moudingo E. Jean Hude, Cameroon Wildlife Conservation Society ; « Sénégal. Lutte contre la dégradation des écosystèmes de mangroves » ; “Conservation and management of mangrove forests in Kenya”, Joseph K. S. Lang’at y James G. Kairo, Mangrove Reforestation Program ; “One wrong step too many: FAO supports unsustainable shrimp farming and food insecurity investments in Nigeria”, Centre for Environment, Human Rights and Development (CEHRD) ; « Biodiversité du Parc marin des mangroves en République démocratique du Congo : faune ichtyologique », Réseau africain pour la conservation de la mangrove (RAM), e “Niger Delta's Mangrove Communities Threatened By Continued Gas Flaring”, Acción de Alerta del MAP.

[início](#)

- Bangladesh: a perda de manguezais devida à criação de camarão leva à perda de alimentos e à insegurança ambiental

A criação industrial de camarão tem sido uma importante causa de destruição para as zonas úmidas dos manguezais em Bangladesh- cerca de 45%- e tem levado à perda de biodiversidade bem como à perda de sustento para milhões de pessoas que dependem dos manguezais.

Na década de 90, o Banco Mundial promoveu e apoiou a aquicultura camaroneira como parte do incentivo às políticas voltadas para a exportação. Um artigo de A.K.M Enayet Kabir (1) afirma que “Em nome da geração de divisas, muitas comunidades são agora associadas com a criação de camarão, que desde a década de 80 abrange uma extensa área dos distritos litorâneos de Bangladesh.”

E ele reflete: “Apenas temos calculado para onde os lucros das exportações vão e quem são os beneficiários. Os lucros gerados às custas da saúde das comunidades locais e dos efeitos adversos em nossos Sunderbans não beneficiam o povo.”

Em um país que tem o nível mais alto de desnutrição na região Ásia- Pacífico que afeta 70-80% das crianças com uma taxa de mortalidade infantil muito alta, a pesca

de subsistência poderia ser um recurso para mitigar o problema. Contudo, a criação de camarão tem poluído o meio ambiente nos Sunderbans e arredores, minando a própria base da criação de camarão ao alterar o ciclo natural de nutrientes.

A perda de manguezais também levou à perda de proteção contra os ciclones. Um estudo de J. Martinez-Alier et al.(2) comenta que “As notícias televisivas de enchentes e mortes em Bangladesh são comuns nas moradias do norte, mas a conexão com os manguezais destruídos, as granjas camaroneiras abandonadas e a redução da defesa litorânea contra os ciclones não é divulgada com frequência. O desmatamento deixou a área em alto grau de vulnerabilidade diante da intrusão do mar quando os ciclones arremetem. Assim, a falta de segurança alimentar devida ao fato de os manguezais terem sido cercados a fim de produzir um produto de exportação de luxo tal como o camarão é agravada pela insegurança ambiental.”

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Deli na Índia e a Universidade de Duke nos Estados Unidos estudou as mortes relacionadas com as tempestades decorrentes do forte ciclone que em 1999 arrasou povoados inteiros no litoral leste da Índia. O estudo (3) concluiu que os povoados protegidos contra a tempestade pelas florestas de mangue tiveram um número significativamente menor de mortes que os povoados menos protegidos.

Os resultados da pesquisa foram divulgados em abril deste ano, um mês antes de o ciclone Aila ter matado cerca de 90 pessoas nos distritos do sudoeste de Bangladesh e inundado cerca de 40 por cento das granjas camaroneiras na região de Khulna no dia 26 de maio. (4)

De forma trágica, a substituição de manguezais pela produção comercial de camarão tem levado o povo à falência deixando-o sem proteção nem alimentos.

(1) “Ecological impact has to be assessed”, A. K. M Enayet Kabir,
http://www.ecologyasia.com/news-archives/2002/may-02/independent-bangladesh_280502.htm

(2) “The Environmentalism of the Poor”, J. Martinez-Alier, UK,
<http://www.wrm.org.uy/actors/WSSD/alier.pdf>

(3) “Mangrove Forests Save Lives In Storms, Study Of 1999 Super Cyclone Finds”, ScienceDaily, 21 de abril de 2009,
<http://www.sciencedaily.com/releases/2009/04/090414172924.htm>

(4) “Blow to shrimp cultivation”, The New Nation,
<http://nation.ittefaq.com/issues/2009/06/22/news0737.htm>

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Brasil: uma lei permite o avanço do agronegócio na Amazônia

Em 9 de julho de 2008, o Senado brasileiro aprovou uma disposição do Poder

Executivo chamada “medida provisória”, sujeita à subsequente aprovação do Poder Legislativo. A disposição tem sido duramente questionada por ambientalistas e diferentes setores políticos e sociais do Brasil, incluindo a antiga ministra do Meio Ambiente, e agora senadora, Marina Silva.

Nas décadas de 70 e 80, as ditaduras da época forneceram incentivos para a ocupação da Amazônia, beneficiando grandes latifundiários que se consolidaram na região e se apropriaram ilegalmente de terras públicas. Essa situação gerou conflitos com as populações tradicionais da área.

Agora, em uma terceira tentativa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou no passado mês de junho a “medida provisória” devinda em lei (Projeto de Lei de Conversão 09 (PLV)), que tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados e depois pela dos Senadores. Com isso se regulariza a situação dos ocupantes de mais de 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia Legal –que abrange um total de 508,8 milhões de hectares nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão.

Até agora a concessão de terras públicas –do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- a particulares, para uso rural e sem exigências como a licitação, limitava-se a unidades de 500 hectares. A medida legal amplia esse limite para 1.500 hectares. Isso implica que a regularização deixará 72% das terras sob o controle de apenas 7% dos ocupantes, os que poderão explorá-las com agricultura e criação de gado e transcorridos três anos poderão colocá-las à venda.

As denúncias apontam que a medida não distingue entre os ocupantes camponeses, geralmente famílias que se estabeleceram para trabalhar a terra (posseiro) e os especuladores –tanto os que tentam conseguir o maior número de parcelas para depois recendê-las a maior valor, quanto os que se apossaram da terra através da violência, geralmente grandes terratenentes (grileiros) que criam uma verdadeira máfia e falsificam documentos e títulos de propriedade em áreas marcadas pelos conflitos e o desmatamento.

Para Marina Silva, a medida “vai significar um processo de privatização de terras, de legalização de áreas que foram ilegalmente griladas e com graves prejuízos para o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia”.

Ariovaldo Umbelino, Professor de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo explica: “Outra parte desta engenhosa operação para legalização da grilagem de terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Amazônia Legal foi o aproveitamento do aumento do desmatamento naquela região para fazer o cadastramento dos imóveis. Ele vai permitir que os grileiros que ainda não tinham cadastrados as terras públicas que grilaram até dezembro de 2004, pudessem agora fazê-lo, e assim se habilitarem para ‘comprar’ as terras griladas sem licitação. Aliás, a notícia no site do INCRA sobre o cadastramento já, de forma absurda reconhece os grileiros como posseiros: ‘Os donos ou posseiros de áreas maiores que quatro módulos fiscais [...] terão que levar ao Incra, de 3 de março a 2 de abril, documentos que comprovem a titularidade ou posse pacífica da terra, plantas e memoriais descritivos com a correta localização geográfica dos

imóveis rurais' (<http://www.incra.gov.br>). Dessa forma, é preciso deixar claro que as verdadeiras posses das famílias camponesas ribeirinhas ou não na Amazônia não ocupam mais de 100 hectares, portanto, estes atos do INCRA são para regularizarem as grilagens das terras públicas do próprio INCRA que seus funcionários corruptos 'venderam' para ao agrobandidismo." (1)

Conforme Nilo D'Ávila, de Greenpeace, "A tendência é que as maiores e melhores propriedades ficam nas mãos de especuladores fundiários e de pessoas que não vivem dessa terra. A porta de especulação imobiliária de terras na Amazônia está escancarada. E o resultado da soma dessas ações que o governo está provocando vai ser igual a desmatamento".(2)

Vale a pena apontar que a pressão das organizações sociais e ambientais conseguiu algumas melhorias à medida original. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva introduziu um veto ao artigo 7 da disposição, que permitia a transferência de terras a pessoas jurídicas ou indivíduos que não morassem na região e administrassem suas terras através de testas-de-ferro. No entanto, as críticas apontam que pode não resultar significativo na medida em que os especuladores não costumam atuar como pessoas jurídicas.

A reforma agrária, que a mobilização popular conseguiu trabalhosamente introduzir na Constituição, está sendo "bloqueada", conforme palavras do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Stedile. "Terras que deveriam ser utilizadas para a reforma agrária estão sendo destinadas a companhias estrangeiras para a produção de eucaliptos, soja, gado e agrocombustíveis ", (3) denunciou, mencionando entre elas, grandes empresas dedicadas às plantações de eucalipto e produção de celulose, como por exemplo, a Aracruz, a Veracel e a Suzano.

Conforme dados do MST "Em 1992 havia pouco mais de 19 mil latifundiários, com mais de 2 mil hectares, que no conjunto somavam 121 milhões de hectares. Em 2003, o número dessas propriedades aumentou para 32 mil (quase se duplicou) e a área total soma 132 milhões de hectares. Em 11 anos, 12 milhões de hectares foram apropriadas pelo latifúndio". (4)

São momentos nos que está sendo produzido um perigoso processo mundial de apropriação de terras pelo agronegócio, em resposta às crises financeiras e alimentares. Governos e empresas se têm lançado à busca de terras agricultáveis na Ásia e na África, mas também estão chegando à América Latina. A China e a Arábia Saudita estão interessadas em adquirir terras agrícolas no Brasil. Conforme o INCRA, há quatro milhões de hectares brasileiros registrados em nome de estrangeiros e mais da metade está na Amazônia.

Por enquanto, a Procuradora Geral da República apresentou perante o Supremo Tribunal Federal do Brasil uma ação de inconstitucionalidade contra a nova lei de regularização de terras invadidas na região amazônica, por considerar que viola o artigo 188 da Constituição que dispõe que "a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária". E mais, afirma também em seu artigo 191 que "aquele que, não

sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tomando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Nem tudo está dito. A resistência continua.

(1) "A farrá da legalização da grilagem", 03/04/2008, Ariovaldo Umbelino, <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5162>

(2) "MP da Grilagem beneficia poucos posseiros com muita terra na Amazônia", 06/07/2009, Brasil de fato, <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/mp-da-grilagem-beneficia-poucos-posseiros-com-muita-terra-na-amazonia/>

(3) "MST denuncia que está "bloqueada" la Reforma Agraria en Brasil", AMARC-ALC, <http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=13954>

(4) "MST evalúa Reforma Agraria en el país y crítica al agro negocio", 14/04/09, Adital, <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&cod=38204>

[início](#)

- República Dominicana: o povo diz: Não à cimenteira em Los Haitises!

O Parque Nacional Los Haitises, localizado entre as províncias Samaná, Monte Plata e Hato Mayor, tem sido área protegida desde 1976. Por suas características de floresta subtropical úmida e muito úmida não apenas constitui um importante santuário para a flora e a fauna nativa do país como também é considerado como a amostra mais significativa de mangue caribenho.

Sua importância, porém, é devida não só a suas qualidades como ecossistema que abriga uma biodiversidade e recursos culturais extraordinários e únicos- que o transformam em habitat de inúmeras espécies endêmicas em risco de extinção (tais como *Plagiodontia aedium*, *Amazona ventralis*, *Solenodon paradoxus*)- como também a sua condição especial decorrente das águas subterrâneas que se comunicam entre si, constituindo uma insubstituível reserva de água. Na área estão presentes os rios Payabo, Los Cocos e Naranjo e também deságua o Yuna.

Outro aspecto importante de Los Haitises é seu sistema de cavernas onde foram encontrados pictografias e petróglifos realizados pelos antigos antepassados da ilha que fazem da área um patrimônio da humanidade. Para muitas pessoas que a visitam, a experiência consiste em uma viagem para a pré-história.

Mas hoje em dia todos esses valores estão em perigo já que a área seria usada para a fabricação de cimento. No local onde confluem as principais fontes aquíferas da área vem sendo construída uma cimenteira, patrocinada pelo Consórcio Mineiro Dominicano.

O projeto não apenas estragaria a área de Los Haitises como também afetaria a

saúde dos habitantes dos povos vizinhos, poluindo os rios Comate, Yabacao, Cambita, Brujuela (subterrâneo), Almirante, Casuí, Boyá, Socoa e Sabita, que fornecem mais de 50% da água usada no país.

É por isso que os moradores do local manifestaram sua total rejeição ao projeto cujos impactos afetariam ainda a produção de alimentos agrícolas, principal fonte alimentícia desses povoados. O Movimento Camponês das Comunidades Unidas (MCCU) entrou na justiça exigindo que a licença para a instalação da cimenteira fosse revogada. Esta ação implicou a suspensão das obras até o conflito judicial ser resolvido.

Contudo no passado dia 30 de junho a maioria dos habitantes de Gonzalo que dirigiram e participaram da luta pela preservação de Los Haitises e contra a instalação da cimenteira, foram notificados de despejo, com prazo de 10 dias, das parcelas que ocupam, alegando que são propriedade do Conselho Estatal do Açúcar (CEA). De acordo com as informações dos camponeses e camponesas, estas terras foram cedidas a eles e muitos possuem os documentos de empréstimo do CEA, enquanto outros há mais de 8 anos iniciaram o processo de solicitação junto à instituição para obterem os títulos. Eles apontam que se trata de uma clara atitude de repressão por terem participado ativamente da luta contra a cimenteira.

Além do movimento camponês existe um movimento de jovens que de violões na mão acamparam um dia de maio no Distrito Municipal Gonzalo, Província de Monte Plata. A partir de então atraem a atenção do país e do mundo cibernético. Desmentem o batido mito de a juventude “não estar nem aí”. O acampamento de Gonzalo foi um impulso, uma ação efervescente, um grito, uma esperança de ter muito a fazer. Com violões e códigos cifrados, os movimentos juvenis contemporâneos praticam novas formas de mobilização social, outras estratégias para enfrentarem os abusos daqueles que em nome do progresso conduzem o país para o passado.

O acampamento de Gonzalo torna-se assim um local de resistência, de encontro e articulação livre para rejeitar a cimenteira daqueles que, acreditando ser os donos do país, pretendem a instalação da fábrica a ferro e a fogo em Los Haitises. Desde o Campamento em Solidariedade com Los Haitises exigem a derrogação da concessão que permite ao Consórcio Mineiro Dominicano a construção da cimenteira nas proximidades de Los Haitises e reclamam que as terras outorgadas ao Consórcio sejam devolvidas aos camponeses e camponesas que foram despejados.

Artigo elaborado com base no material enviado por Alexander Mundaray, integrante do movimento camponês MCCU, e informações disponíveis na página web Ecolucha <http://www.ecolucha.org/> e Clave Digital <http://clavedigital.com.do>

[início](#)

Em 10-12 de junho de 2009, adivasis, trabalhadores florestais e outros habitantes da floresta de 16 estados da Índia realizaram uma conferência sobre 'Resisting commodification of Forests; Establishing community governance over forest resources' (Resistência à mercadorização das Florestas; Estabelecimento de uma governança comunitária sobre os recursos das florestas). Depois de discutir e debater, se uniram em uma forte mensagem chamada 'Declaração de Dehradun de 2009'.

As florestas e os povos das florestas e o mundo inteiro estão submergidos em uma crise que é mais do que isso: "Esta não é uma crise ordinária. Não é simplesmente, uma crise climática –nem como vocês dizem, esse monstro auto-criado magnificado de uma crise financeira. Achamos que é uma crise de Civilizações." De um lado a civilização que "se baseia em idéias de poder, territórios, limites, lucros, exploração e opressão". A civilização que tenta "possuir tudo, incluindo a Mãe Natureza. Isso é o que guia sua civilização. Vocês precisam desse mundo de opressão e exploração para sobreviver e sentir-se bem." De outro lado, a civilização do resto das pessoas. Aqueles que não visualizam o mundo em termos de simples mercadoria. Pessoas como os povos das florestas do mundo que dizem: "Nós, os povos da floresta do mundo –que vivemos no mato, sobrevivemos com frutas e colheitas, cultivando a terra jhoom(1), recultivando a terra de florestas, levando nossos rebanhos- temos ocupado esta terra por muito tempo. Anunciamos em voz alta, em unidade e solidariedade para que não haja dúvidas no futuro: nós somos as florestas e as florestas são nós, e nossa existência é mutuamente dependente. A crise enfrentada por nossas florestas e meio ambiente hoje, somente se intensificarão sem nós."

É um choque fundamental: "Se vocês quiserem inclui-nos em seu mundo civilizando-nos, escolheremos felizmente permaneceremos incivilizados. Podem chamar-nos de selvagens, não ligamos importância a isso! Temos aprendido entre estas árvores, esta água, este ar e outros seres da floresta- uma vida de liberdade, de não termos limites, e no entanto nunca esquecermos os limites da natureza."

A Declaração de Dehradun vira a voz dos povos da floresta da Índia que falam em voz alta: "Portanto nós, rejeitamos sua lei antinatural, sua civilização de tirania e crueldade. Que liberdade? Não vemos liberdade em sermos expulsados de nossas florestas, separados da água, da terra, dos campos, das árvores, do ar e dos animais amigos, do ecossistema ao que pertencemos. Que liberdade que não se esquece de encadear seus próprios irmãos e irmãs. Falsa liberdade! Não vemos verdade em uma sociedade que permanece enfeitiçada pela prosperidade de uns poucos capitalistas, enquanto nunca se esquece de oprimir os trabalhadores, adivasis, dalits, mulheres e pobres do mundo! Rejeitamos vocês!"

E advertem: "Há uma crise climática e nenhuma quantia de livre comércio, capital ou tecnologia eliminará as raízes desta crise. Vocês esquecem que a crise tem surgido da forma na que sua sociedade está estruturada –um edifício baseado em um desejo infinito de recursos e uma forma de vida que visualiza a natureza como um objeto de exploração e extração. Tolos! Vocês estão destinados a suportar o impacto e a sofrer as dores de suas ações, mas nós perguntamos – Por que nós devemos sofrer? Vocês têm invadido nosso estilo de vida, o ritmo da Mãe Terra.

Vocês têm corrompido os arredores com seus veículos, indústrias, armas e desenvolvimento e suas ações têm criado uma crise em nossos lares. Vocês têm pecado contra a essência de nosso ser, e entre nossa fúria e lágrimas, rejeitamos a base de seu ser: um pensamento –de desconfiança, de controle, de interesse próprio vicioso, de injustiça e de culpa.

Como se animam a culpar-nos pela crise climática? Ela é o resultado de práticas antinaturais e tem devastado nossas vidas. Como podem cortar nossas árvores sem pensar? A temperatura está aumentando, as chuvas estão diminuindo e as florestas se estão queimando- consumindo-se em dor. Agora nos querem fora de nossos habitats em nome da conservação de nossas florestas! Vocês matam, sem piedade, gostam de “aterrar-se” por bustos de tigres que decoram seus consolos de lareiras –apontando assim a sua sensibilidade moral– e, no entanto, têm a audácia de dizer-nos que deixemos as florestas para que possam proteger os Tigres! Qual a lei que conhecem? Quem são vocês para ensinar-nos o que é legal? Vocês são ilegais –contradizendo a própria lei da natureza – da coexistência. Vocês não têm soluções – apenas destroem.

Vocês podem não ligar importância ao nosso tempo, mas, pensem nas próximas gerações, na sua herança. Vocês querem apresentar-lhes um mundo de caos e destruição? Estão tão cegos pela cobiça? Pelo menos, agora –nesta crise- precisamos unir-nos, todas as civilizações e os povos das florestas do mundo, para resolver a crise, para restabelecemos nossa relação com a natureza.

Hoje, em Dehradun, convocamos e recebemos a solidariedade e a harmonia de todos os povos das florestas do mundo; trabalhadores, adivasis e colegas de viagem, nesta viagem para atingir o cumprimento de nossa existência, em comunhão com nossas florestas. Advertimos a sua civilização que somos um povo, unido em luta contra a estrutura do capitalismo –de cobiça, roubo e obtenção de lucros. Advertimos às nações do mundo que não devem esquecer-se de honrar nossa existência, senão –do fundo de nossos corações gritaremos forte: NÃO MAIS SILÊNCIO! Levantar-nos-emos das cinzas de seus devastadores fogos! Para resistirmos sua ordem e não nos deterão suas armadilhas. Levantar-nos-emos – povos unidos da floresta- para juntos, em fortaleza e solidariedade, desafiar a própria matéria de sua civilização e voltarmos a ser um com a natureza de novo!

Levantem-se! Povos das Florestas do Mundo Unam-se! Zindabad! National Forum of Forest Peoples and Forest Workers (Fórum Nacional dos Povos das Florestas e Trabalhadores Florestais), Índia”

(1) Uma porção de terra agricultável na floresta.

A declaração completa está disponível em:

<http://www.wrm.org.uy/countries/India/Dehradun.htm>

[início](#)

- Brasil: duro questionamento à maquiagem FSC de plantações de eucaliptos e advertência perante seu avanço no Piauí

“O sul do Piauí está destruído, com os rios e riachos envenenados e secos para atender a voracidade de algumas empresas que buscam lucro fácil através da destruição dos ecossistemas com as atividades do carvão, da lenha, da soja, da mamona e do eucalipto. A riqueza produzida concentra-se nas mãos de uns poucos e a grande maioria da população continua vivendo sem usufruir dos bens oferecidos com gratuidade pela Mãe Natureza. A agricultura familiar quase não existe. Nenhuma cidade onde está a soja, a mamona, a lenha ou o carvão mostrou mudanças em seu perfil social. Trabalhadores rurais morrem envenenados e o Estado finge que não vê, a atividade laboral tem como base o trabalho escravo, a biodiversidade é destruída implacavelmente, as águas do Cerrado estão desaparecendo e os desertos sendo criados”, dizia há um ano Judson Barros, Coordenador da Rede Ambiental do Piauí (1)

A este cenário chega a Companhia Suzano de Papel e Celulose, para agravar ainda mais os problemas. Avança sobre a Mata Atlântica, à beira do rio Paranaíba e sobre o Cerrado, onde recebeu autorização para estabelecer plantações de monoculturas de eucaliptos em 160 mil hectares. A empresa também traz muitas promessas de emprego, logicamente: de 12 mil a 30 mil empregos indiretos, 3.500 diretos...

“Esse discurso foi utilizado com a vinda da Bunge Alimentos e da Brasil Ecodiesel para o Piauí”, reflete Barros, e acrescenta: “Hoje a realidade é cruel, nenhum emprego está sendo gerado, a fábrica foi fechada, pois o governo ‘descobriu que não dá para botar carro para andar com azeite de mamona’. Mas depois de muito dinheiro público metido no negócio. Para essa empresa o Governador deu um presente 100 mil hectares de terras públicas, no valor de 50 milhões de reais aproximadamente. A justificativa de destruir o meio ambiente porque vai gerar algum emprego é aceitável? Tentam imbuir na mente das pessoas que por causa desses empregos a sociedade deve passivamente aceitar a destruição de florestas inteiras nos arredores de Teresina [capital do Piauí], eliminando completamente a fauna e a flora, também contribuindo para aumentar o calor e a falta de chuvas da região e transformar o Parnaíba num esgoto pior do que já está. Grave também será o abastecimento na Capital em qualidade e disponibilidade da água.”

É que sobejam os exemplos para saber o que vai acontecer, apesar das repetidas promessas. Como diz uma carta pública enviada a escritórios nacionais e internacional do FSC e à empresa certificadora IMAFLORA publicada em 10 de julho (2), “Há uma década que a Rede Deserto Verde vem alertando a sociedade brasileira e internacional dos profundos e negativos impactos econômicos, sociais e ambientais das monoculturas de eucalipto junto à sociedade e ao meio ambiente, seja no extremo Sul da Bahia, no Norte do Espírito Santo e Minas Gerais, denunciando a insustentabilidade dos plantios químicos e industriais de eucalipto. Mais que isso, a Rede Deserto Verde veio mobilizando parte significativa da sociedade regional, provocando um conjunto de audiências públicas nos parlamentos municipais, estadual e federal, bem como processos judiciais, inclusive em cortes internacionais, onde o Estado e a monocultora são cobrados

pela violação de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.”

Os movimentos sociais, camponeses, sem terras, povos tradicionais, sindicatos de trabalhadores, igrejas, organizações não governamentais, técnicos, acadêmicos, indivíduos, articulados na Rede Alerta contra o Deserto Verde denunciam que os agroquímicos das plantações de eucaliptos “contaminam o solo e a água de uma macro-região, suas terras se sobrepõem a territórios étnicos tradicionais, sua mecanização gera desemprego em larga escala, sua poluição industrial afeta um enorme raio territorial, seus caminhões e infra-estrutura transtornam estradas e comunidades rurais, sua terceirização e degradação do trabalho mutilaram e envenenaram trabalhadores, desde os anos 70 até hoje sem suas aposentadorias por invalidez conquistadas. Seu manejo da monocultura gera insegurança alimentar e concentração de terras, em um território de intenso êxodo rural, de carência de Reforma Agrária, de políticas públicas e sem a titulação de territórios tradicionais.”

Apesar de tudo isso, as monoculturas de eucaliptos da Companhia Suzano de Papel e Celulose receberam a certificação FSC através da certificadora Imaflo. O selo do FSC, diz a Rede Alerta contra o Deserto Verde em seu comunicado, “está certificando e maquiando como sustentável essa tragédia social e ambiental, ao invés de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais econômicas e ambientais da região”.

O assunto da certificação das nefastas monoculturas de árvores é um assunto já sofrido pelas comunidades que as resistem. Certificou-se à Veracel no extremo Sul da Bahia, certificou-se à Plantar S.A. em Minas Gerais e agora certifica-se novamente à Suzano. Como diz a Rede em sua carta: “Infelizmente o princípio 10 do FSC continua na contramão do debate ambiental, permitindo a certificação das plantações uniformes de árvores como floresta sustentável, desvirtuando a mensagem do selo verde junto aos consumidores do Norte”.

São justamente esses consumidores os que devem saber que “Para nós, da Rede Deserto Verde, o FSC da Cia. Suzano tem se revelado uma maquiagem verde, para uma empresa que sequer financeiramente se sustentaria, não fossem as enormes e vantajosas cifras públicas investidas pelo Estado, seja na forma de investimento direto, crédito ou concessão fiscal. O selo verde da Cia. Suzano deve ser imediatamente revisto e retirado, possibilitando a titulação dos territórios tradicionais, a agricultura camponesa e a reforma agrária, promovendo a agroecologia, a soberania alimentar e a recuperação do clima e da mata atlântica na região”

Apesar de que, em definitiva, concluem, “as empresas devastadoras merecem o FSC e o FSC merece as empresas devastadoras! Quem não merece o FSC são as comunidades camponesas, sem terras, os quilombolas, indígenas, ribeirinhos e a vizinhança impactada por seus plantios. Tampouco merece o FSC o consumidor final no Norte, quando interessado em rever seu sobre-consumo.

Todas as falsas promessas que a Suzano está fazendo agora no Piauí –como os 12 mil a 30 mil empregos indiretos e os 3.500 diretos- já foram feitas antes no Espírito Santo e na Bahia, mas agora se sabe que suas plantações de eucaliptos não apenas não geraram esses empregos, mas resultaram em desemprego em larga

escala. Como diz a Rede Deserto Verde em sua carta de 10 de julho, “Os conflitos sócio-ambientais que latejam no norte do Espírito Santo e no extremo sul da Bahia a partir da confecção de milhares de hectares de monocultura estão perto de acontecer nos estados do Maranhão e do Piauí”. Como as plantações da Suzano no Piauí estão ainda na etapa de estudo de impacto ambiental, é fundamental que os povos locais saibam que todas suas promessas são falsas e que ainda temos tempo de evitar o desastre social e ambiental que decorrerá de sua implantação.

(1) “O papelão da Suzano no Piauí”, Judson Barros - Coordenador da Rede Ambiental do Piauí, http://www.portaldomeioambiente.org.br/pma/index.php?option=com_content&view=article&id=717

(2) Comunicado da Rede Alerta contra o Deserto Verde, 10 de julho de 2009

[início](#)

- Laos: a chinesa Sun Paper planeja monoculturas de eucaliptos

Uma empresa chinesa de nome Shandong Sun Paper visa estabelecer 100.000 hectares de plantações de eucaliptos na província de Savannakhet na região central do Laos. Dessa área, o governo outorgou à Sun Paper uma concessão de 30.000 hectares de terra durante 50 anos. Os restantes 70.000 hectares serão plantados por agricultores em suas próprias terras, sob contrato com a Sun Paper. O plano é deslançar o projeto de US\$15 milhões no início de 2010.

”Também planejamos construir fábricas de celulose nos distritos de Xepon ou Phin”, disse o sub-diretor geral da Sun Paper, Ying Guang Dong ao Vientiane Times. A Sun Paper visa investir US\$300 a 500 milhões na construção de uma fábrica de celulose com uma capacidade de 300.000 toneladas. “Posteriormente, investiremos cerca de US\$1,8 bilhão na segunda fase,” disse Ying.

Ying afirma que a fábrica de celulose irá empregar 10.000 pessoas. Se for verdade, será a maior fábrica de celulose ou a que mais precisa de mão-de-obra do planeta. A Sun Paper é a maior papelreira privada da China, com uma capacidade anual de mais de 2,2 milhões de toneladas de papel e papelão. Emprega um total de aproximadamente 7.000 pessoas. A fábrica de celulose de US\$ 1,2 bilhão da Botnia no Uruguai, que tem uma capacidade de um milhão de toneladas de celulose ao ano, emprega um grande total de 300 pessoas.

Apesar de a Sun Paper exagerar sobre o número de pessoas que irá empregar, é, no mínimo, honesta a respeito da quantidade de dinheiro que irá fornecer às comunidades locais: US\$200.000. O dinheiro deveria ser usado para construir escolas e dispensários, e para construir e manter as estradas. Há 44 povoados na área da concessão. Portanto, correspondem cerca de US\$4.500 a cada povoado, o que é melhor do que nada, mas não muito.

A Sun Paper ainda não planeja empregar moradores locais em suas plantações. “Atualmente, pretendemos usar mão-de-obra do Vietnã para cortar a madeira nas plantações,” disse Ying à RISI, empresa provedora de informações para a indústria

florestal, em fevereiro de 2009.

Antes de a fábrica de celulose ser construída, a madeira será exportada através do porto de Da Nang no Vietnã. Em março de 2009, a Sun Paper anunciou que iria investir US\$15 milhões em uma fábrica de lascas de madeira no Vietnã para processar a madeira provinda do Laos. Do Vietnã, as lascas irão ser transportadas via marítima para a fábrica da Sun Paper na cidade de Yanzhou na China. Uma parte das operações da Sun Paper em Yanzhou são realizadas com a International Paper através de uma joint venture.

Um problema que a Sun Paper irá encontrar é que não há suficientes terras disponíveis para concessões em grande escala na província de Savannakhet. Em outubro de 2007, o Vientiane Times informou que “as autoridades de Savannakhet enfrentam dificuldades para fornecer terras a investidores estrangeiros que têm solicitado milhares de hectares durante os últimos anos para seus projetos.” Foi divulgado que uma empresa indiana, a Birla Lao Pulp & Plantations Company Limited, está enfrentando sérias dificuldades para encontrar terras suficientes para seu projeto de 50.000 hectares de plantações de eucaliptos na província de Savannakhet.

A Sun Paper desenvolveu estudos de impacto ambiental e afirma que irá envolver moradores da área de concessão nos processos de tomada de decisões e de monitoramento. Afirma que irá empregar 50.000 pessoas para plantarem as árvores. Mas há antecedentes desse tipo de projeto no Laos, sendo o caso mais notório o Projeto de Plantação Industrial de Árvores do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). Em dezembro de 2005, o Departamento de Avaliação das Operações do ADB concluiu que o projeto do ADB “não tinha melhorado as condições sócio-econômicas dos beneficiários previstos, já que a comunidade foi levada a em mais pobreza ao ter que quitar os empréstimos que financiaram as plantações malsucedidas.” Em outras palavras, os agricultores que a Sun Paper espera que plantem árvores para a empresa precisam suas terras para plantarem alimentos.

Em 2007, o governo laosiano suspendeu a formalização de novas concessões territoriais, “depois de aprender que tais acordos afetavam negativamente as comunidades locais”, publicou o Vientiane Times. Em maio de 2009, o governo anunciou um decreto do Primeiro Ministro sobre o estabelecimento de arrendamentos e concessões de terras, o que, mais uma vez, permite as concessões territoriais em grande escala. Pouco mudou, porém, em Savannakhet. Não surgiu nenhuma terra nova na província. Assim, restam algumas perguntas. Onde a Sun Paper irá encontrar terras? Quem será beneficiado? E por que diabo o governo do Laos concorda com esse projeto?

By Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

É desde 2004 que o governo mexicano impulsiona a expansão das plantações de dendzeiros. Atualmente existem 9 fábricas extratoras de óleo de dendê em quatro estados; 6 delas estão localizadas em Chiapas, que é o principal estado produtor de dendzeiro no México. Neste ano de 2009, o governo do estado de Chiapas atingiria um total de 44 mil hectares semeados de dendzeiro e o governador anunciou que para 2012 pretende chegar aos 100 mil hectares, com um projeto futuro de mais de 900 mil hectares.

O que fica claro é que a produção de dendê tem sido possível graças a um forte apoio do governo, que a tornou rentável. O produtor recebeu apoio direto para a reconversão produtiva bem como programas de promoção comercial e fomento das exportações, assessoramento e treinamento, etc. Também a União Européia, interessada no dendzeiro para agrocombustível, tem impulsionado desde 2005 as plantações em Chiapas, especificamente na área de amortecimento da Floresta Lacandona e na área de amortecimento da Reserva da Biosfera Montes Azules, na fronteira com Guatemala.

Tanto o governo federal quanto o de Chiapas afirmam que as plantações de dendê vêm sendo instaladas em áreas previamente clareadas pela pecuária e outras atividades que já não são rentáveis. Contudo, muitas atividades deixaram de ser “rentáveis” para o mercado empresarial porque a estratégia do governo a fim de ganhar terreno para o dendzeiro foi a diminuição do apoio a outros setores que foram puxados para essas plantações. O governo abandonou o campo e os pequenos produtores, e na lógica dos Tratados de Livre Comércio, colocou seu foco no mercado do agronegócio deixando de lado a soberania alimentar. O pequeno produtor, o camponês e o índio ficam desamparados e muitas vezes são obrigados a inserir-se na nova dinâmica de entregarem mão-de-obra barata e suas terras, subsidiando assim os lucros do agronegócio. O dendzeiro também não seria rentável se não contasse com os grandes subsídios governamentais, do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com seus financiamentos a programas como Procampo, voltado para o investimento nas plantações de dendzeiro.

As monoculturas de dendzeiros “substituem florestas tropicais ou outros ecossistemas, provocando um sério desmatamento, que traz atrelado a perda de biodiversidade, as inundações, o agravamento das secas, a erosão dos solos, a consequente poluição dos cursos d’água e o surgimento de pragas devido à quebra do equilíbrio ecológico e das mudanças nas cadeias alimentares”. Além disso, as monoculturas de dendzeiros colocam em risco “a conservação da água, dos solos, da flora e da fauna. A degradação das florestas diminui suas funções em matéria climática e sua desapareção afeta a humanidade no conjunto”, tal como denunciou a Declaração internacional contra a “Mesa-Redonda de Óleo de Dendê Sustentável (RSPO) (http://www.wrm.org.uy/temas/Agrocombustibles/Declaracion_Internacional_RSPO.html)

O Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Florestas identificou como causas do desmatamento e da degradação das florestas as políticas governamentais de substituição de florestas por plantações industriais de árvores- como o dendzeiro-, bem como o avanço da fronteira agrícola empurrada pelas

plantações de monoculturas. Apesar disso, na região dos Montes Azules- onde já foi clareado 80% de 220 mil hectares de floresta- o governo fala de criar “cordões de proteção através de projetos produtivos de grande impacto como o dendezeiro”, entre outros.

As plantações de dendezeiros não melhoraram, aliás, pioraram as condições de vida da população. Um dos graves problemas que ocasionam diz respeito à água. Diante da falta de serviço de água potável, as mais de 11 mil pessoas que habitam o município de Marqués de Comillas, na Reserva da Biosfera Montes Azules, consomem água maiormente de fontes subterrâneas, por meio de poços. As plantações de dendezeiros, grandes consumidoras de água, agravam a disponibilidade de água na região. Também usam grandes quantidades de agrotóxicos: inseticidas como o endosulfan e outros produtos químicos, como rodenticidas, que acabam nos cursos d’água. Os furacões agravam o problema ao provocarem que os rios transbordem seu curso, como acontece na região da Floresta Lacandona com o rio Lacantún, poluindo as plantações de subsistência dos camponeses do local e dispersando os agrotóxicos em uma área rica em biodiversidade.

Conforme estudos da Fundação Produce Chiapas, a renda de “um produtor médio de exido com sete hectares e uma produção média de 19 toneladas por hectare” equivaleria a 274 pesos diários (21 dólares), ou seja menos do salário mínimo mexicano por hectare. No investimento anual para estabelecer um hectare de dendezeiro, o pacote tecnológico custa ao produtor cerca de 6.500 pesos (17 pesos ou 1,3 dólares diários): inclui a semeadura (preparo do terreno, compra da plântula, controle de ervas daninhas, limpeza de rua, aplicação de herbicidas, plantação manual), fertilização, controle de pragas, podas, equipamento e serviços. A terceira parte do custo é para herbicidas, controle de pragas, fertilizantes, rodenticidas. Por outro lado, durante os primeiros três anos não há produção nem colheita, e só no oitavo ano é possível colher 100%.

Os produtores que trabalham para uma fábrica processadora de dendê geralmente ficam cativos dessa situação: a Planta Extratora da Empresa Palma Tica do México ofereceu plântulas aos produtores, a prazo, com a condição de comercializarem a colheita apenas com ela. Em muitos casos os produtores não têm nem treinamento nem as ferramentas adequadas para a colheita; em outros casos também não têm nem treinamento nem o adequado assessoramento técnico para a cultura, o controle e o manejo integral das plantações. Muitas vezes os produtores camponeses e indígenas que vendem às empresas processadoras de dendê não estão protegidos por contratos ou convênios de compra, nem por seguros, o que implica que pode acontecer que se a fábrica não quer comprar a produção deles, não a compra. Também existem diferenças nos preços pela qualidade do produto entregue.

Em 2008, um grupo de trabalhadores da fábrica de óleo AGROIMSA, no município de Mapastepec, foi reprimido pela força pública, que deteve um assessor e alguns dirigentes, alguns dos quais ficaram encarcerados. Também foram demitidos, gerando assim um conflito trabalhista.

Por outro lado, as plantações de dendezeiros resultam excludentes de outras

produções. No município de Villa Comaltitlán, uma das principais áreas de criação de gado junto com outros municípios da Costa, confirmam que a queda da pecuária “foi devida não à negligência dos produtores, senão à chegada de outro tipo de culturas que não podem ser combinadas com a pecuária. Por exemplo, a cultura de banana e de dendezeiro diminuiu os espaços, o que implica a redução da criação de gado.” Em Chiapas as monoculturas de dendezeiros têm tido impactos desastrosos sobre a produção de mel, da que dependem milhares de apicultores, cuja crise é agravada à medida que aumentam as plantações.

Também causam outros estragos: no município de Acapetahua, onde o senhor Manuel Jiménez manifestou que “os principais culpados de destruir caminhos e rodovias são os transportadores de carga pesada, já que com seus caminhões carregados de pedra, cana e fruta do dendezeiro causam os danos.” Na capital municipal de Mapastepec, “Ao escavar as valas para introduzir a drenagem o terreno afundou (...) no bairro 15 de setembro e agora dificulta o trânsito veicular que levanta grandes poeiras e afeta a saúde dos moradores”. Os habitantes do bairro, Gabriel Colón e Elio Ventura, exigiram da Prefeitura a reparação da rua que é muito transitada principalmente por caminhões com carga de dendezeiro que vão à olearia.

Não cabe dúvida que os grandes negócios são feitos sobre as costas dos mais pobres, sobre suas terras e territórios e à custa dos bens comuns da humanidade. Chega de monoculturas!

Resumo e adaptação de: “La palma africana en México. Los monocultivos desastrosos”, Gustavo Castro Soto, Otros Mundos, AC/Amigos da Terra México, 12 de junho de 2009. É possível ter acesso ao artigo na íntegra em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Mexico.html#info>

[início](#)

- Declaração sobre Plantações de Árvores de participantes em recente reunião do “Forest Movement Europe” (Movimento das Florestas da Europa)

O “Forest Movement Europe” (FME) é uma rede informal de mais de 45 ONGs de 12 países europeus. É um movimento flexível sem afiliação formal e sem uma secretaria formal que tem estado trabalhando em assuntos relativos às florestas por quase dez anos.

Foi principalmente devido às atividades dos grupos que participaram no movimento que as campanhas pelas florestas tropicais na Europa decolaram, as importações de madeira tropical em vários países europeus declinaram e a luta dos povos das florestas, por exemplo, em Sarawak, Malásia e na Amazônia foram histórias de manchetes.

O FME se reúne uma vez ao ano e na reunião deste ano, em junho de 2009, foi emitida a seguinte Declaração sobre Plantações de Árvores, apoiada por muitas ONGs e algumas pessoas individuais:

“Os que subscrevem, participantes do “Forest Movement Europe”, querem exprimir

sua preocupação sobre o avanço de plantações de árvores de madeira rápida no Sul, que estão sendo implementadas com o apoio de alguns governos europeus e o envolvimento direto de uma série de corporações baseadas na Europa.

Apesar do fato de que essas plantações estão resultando em um grande número de severos impactos sociais e ambientais, continuam sendo promovidas como 'florestas plantadas', como forma de encobrir sua verdadeira natureza destruidora.

As comunidades locais, atingidas pelas monoculturas de eucaliptos, pinus e outras monoculturas de madeira rápida estabelecem que 'as plantações não são florestas'. Toda a evidência disponível mostra que as comunidades locais têm razão, e como as florestas têm uma ampla variedade de benefícios tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente, as plantações resultam em:

- A apropriação de terras de florestas que sustentam os meios de vida das pessoas
- A destruição de florestas e outros ecossistemas igualmente valiosos
- O esgotamento de recursos aquáticos
- O empobrecimento dos solos
- O desaparecimento de biodiversidade vegetal e animal.

Portanto fazemos um chamamento aos governos europeus para deter todo tipo de apoio ao avanço das plantações de madeira rápida e para adotar uma clara definição de florestas, que exclua as plantações de monoculturas de árvores em grande escala.”

O documento com as assinaturas está disponível em:

http://www.wrm.org.uy/plantations/information/Statement_Tree_Plantations_2009.html

[início](#)

- Árvores GM: quando os cientistas mudam para publicitários

A missão da Convenção sobre Biodiversidade (CBD) é proteger a biodiversidade do mundo. Fortes campanhas de um número crescente de ONGs e organizações de povos indígenas têm mostrado as ameaças que as árvores geneticamente modificadas implicam para a biodiversidade das florestas. O assunto foi discutido e abordado pela Convenção, que concordou com a necessidade de adotar um enfoque precautório a respeito da liberação de árvores GM no meio ambiente.

A posição da CBD tem sido bem acolhida pelas organizações preocupadas com o destino das florestas do mundo e seus povos, mas está sendo fortemente objetada por aqueles que se beneficiam com o negócio das árvores GM.

Um recente artigo de quatro cientistas em favor das árvores GM ilustra quão pouco científicas podem ser algumas pessoas quando tentam levar adiante sua idéia. O artigo, produzido por Stephen Strauss, Huimin Tan, Wout Boerjan e Roger Sedjo é titulado “Strangled at birth? Forest biotech and the Convention on Biological

Diversity” (Estrangulada ao nascer? Biotecnologia florestal e a Convenção sobre Biodiversidade).

O artigo é bastante longo e detalhado, o que mostra a importância que o grupo de pressão em favor das árvores GM outorga à posição da CBD no assunto. Ao mesmo tempo, o artigo mostra quão longe desejam ir esses cientistas para defender suas posições. O que segue são uns poucos exemplos para ilustrar isso, mas incentivamos as pessoas envolvidas no assunto a analisar o artigo totalmente em http://www.globaljusticeecology.org/stopgetrees_news.php?ID=294

O título tende a fazer com que as pessoas pensem que as árvores GM têm sido “Estranguladas ao nascer” pela CBD. No entanto, os autores esquecem dizer que a pesquisa de árvores GM está sendo levada a cabo em pelo menos 20 países e que já existem testes de campo em pelo menos 11 países (ver detalhes em http://www.wrm.org.uy/subjects/GMTrees/Information_sheets.html). O que a CBD está fazendo é simplesmente aplicar o enfoque precautório para evitar a possibilidade de impactos irreversíveis sobre a biodiversidade, decorrentes dessas árvores GM. Isto é, a CBD está cumprindo sua missão.

A posição da CBD está de fato fortalecida pelo que diz o artigo. Strauss et al fornecem os argumentos para fazê-lo.

Dizem que “Talvez as preocupações baseadas na ciência mais confiáveis sobre as árvores GM se relacionam com seu potencial de ampla dispersão de sementes e pólen quando lhes é permitido florescer.” Acrescentam que “Há amplo acordo dos cientistas em que até que genes de contenção muito fortes sejam desenvolvidos, aceitados socialmente e sua eficiência seja verificada no campo, algum nível de dispersão de genes –seja de pólen, sementes ou propágulos vegetativos- é inevitável na maioria das espécies florestais. Além disso, as distâncias nas que pode ocorrer a dispersão são grandes, da ordem de quilômetros ou mais.” [grifo nosso] Para piorar as coisas, acrescentam que “O limitado nível de domesticação da maioria das espécies de árvores contribui com essa preocupação, já que os propágulos são geralmente suficientemente aptos para sobreviver em ambientes silvestres ou selvagens.”

O que antecede deveria ser suficiente para que a maioria dos cientistas desistam de levar a cabo uma atividade tão perigosa, mas não para Strauss et al.

Entre os muitos argumentos que usam para justificar sua pesquisa e testes de campo a céu aberto, o seguinte é um bom exemplo de seu enfoque não científico. Dizem que “muito poucas espécies GM que sejam sexualmente compatíveis com as florestas silvestres estão sendo comercialmente desenvolvidas, ou serão usadas em ou muito próximas a florestas silvestres, e portanto será extremamente raro que transgenes possam introduzir-se em genomas de árvores silvestres de forma significativa, e portanto virar comuns em ecossistemas silvestres.” [grifo nosso]

Para as pessoas que tentam provar todos seus pontos de vista enfatizando que são cientistas –como estes quatro fazem no artigo inteiro- o parágrafo que antecede evidencia exatamente o contrário: um enfoque totalmente não científico.

1) A diferença entre hipóteses e fatos é confusa e as primeiras são mostradas como sinônimos dos segundos. Evidência:

- A ciência não pode saber se espécies GM “serão usadas em ou próximas a florestas silvestres”, porque isso será definido por companhias e governos
- A ciência não pode saber si “será extremamente raro que transgenes possam introduzir-se em genomas de árvores silvestres de forma significativa” ou não
- Não há quantificação a respeito do significado de “extremamente raro” ou “de forma significativa”

2) Há confusão a respeito de espécies e florestas

- As espécies GM podem ser sexualmente compatíveis ou incompatíveis com espécies de árvores naturais, mas não com “florestas silvestres”
- O uso da expressão indefinida “florestas silvestres” poderia significar que sua única preocupação se refere à contaminação de espécies que vivem na floresta “primária” e não às próprias espécies.

3) A evidência existente está encoberta

- O gene mais comum que está sendo geneticamente modificado é o choupo (várias espécies). No entanto, o artigo não menciona que já há evidência de contaminação GM de choupos “silvestres” (nativos) na China.
- O artigo não menciona que as outras duas árvores que estão sendo geneticamente modificadas são pinus (que cresce em qualquer floresta “silvestre” do mundo inteiro) e eucaliptos (nativas da Austrália e cultivadas em um grande número de países do mundo). Nos dois casos, a dispersão de sementes e pólen seria inevitável e nenhum cientista pode provar que as florestas de eucalipto na Austrália estariam livres de contaminação GM.
- Dizem que “A área plantada com árvores de florestas GM [sic] permaneceria relativamente pequena; as plantações de florestas [sic] abrangem apenas 5% da cobertura de florestas do mundo”. Eles não mencionam que a área de plantações, de acordo com a FAO, cobre um total de 270 milhões de hectares! Descrever essa área como “relativamente pequena” não é científico, é o menos que podemos dizer.

Exemplos similares abundam no artigo, mas talvez um dos mais esclarecedores é o seguinte: “...pode haver potenciais benefícios para as espécies de árvores silvestres de alguns tipos de árvores GM; por exemplo, uma árvore silvestre poderia beneficiar-se adquirindo uma característica que melhore a resistência ao estresse, e assim adquirir resiliência em virtude de novas formas de estresses bióticos ou abióticos, talvez ocasionados pela rápida mudança climática”.

O que antecede, logicamente reconhece o fato de que a contaminação por árvores GM ocorrerá se as árvores GM forem liberadas. Ao mesmo tempo, é difícil entender –a menos que os autores possuam um Doutorado em futurologia- como a ciência pode determinar se as árvores “silvestres” podem beneficiar-se ou não com a aquisição de novas características ou se as espécies com “resistência melhorada” não vão colocar em perigo a biodiversidade das florestas precisamente em virtude da nova característica.

Em resumo, o artigo acaba provando que os argumentos de ONG para exigir uma proibição das árvores GM são cientificamente corretos e ajudam a fortalecer a exigência da CBD de um enfoque precautório.

Por Ricardo Carrere

(1) Strangled at birth? Forest biotech and the Convention on Biological Diversity
Nature Biotechnology 27, 519 - 527 (2009). Steven H. Strauss, Huimin Tan, Wout
Boerjan & Roger Sedjo

início
